



EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

O CLAMOR DAS RUAS FRENTE AO PINOCHETISMO: PODER POPULAR- CONSTITUINTE CONTRA O ESTADO SUBSIDIÁRIO

THE CLAMOR OF THE STREETS AGAINST PINOCHETISM: CONSTITUENT POPULAR POWER
AGAINST THE SUBSIDIARY STATE

Marcos Diligenti¹
Ricardo Souza Araujo²

RESUMO

O presente artigo busca examinar o recente *Estallido Social* Chileno de 2019, que derrubou a constituição neoliberal de Augusto Pinochet, e a sua repercussão na conjuntura brasileira atual. O modelo implementado no Chile, foi fundamentado no projeto de Estado Subsidiário é referencial para o atual governo brasileiro de extrema-direita de Jair Bolsonaro. Na contramão das revoltas populares observadas na América Latina, o Brasil passou por um ciclo de contrarreformas neoliberais. Analisaremos, a partir de referenciais bibliográficos quais os projetos em disputa na sociedade, bem como paralelos e especificidades de cada nação. Este artigo busca instrumentalizar a luta pela manutenção e ampliação dos direitos sociais por enfrentamento de classes diante da crise do capital.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Brasil, Chile.

ABSTRACT

This article aims to examine the recent Chilean social boom, which began in 2019, which overthrew Pinochet's neoliberal constitution, whose model of Subsidiary State is a reference for the current Brazilian government of the extreme right of Jair Bolsonaro. Contrary to the revolts in Latin America, Brazil is going through a new cycle of neoliberal counter-reforms. We will analyze, from bibliographical references, the context of both countries and which projects are in dispute in society, as

¹ Pós-Doutor em *Viviendas Sociales* pela PUC- CHILE. Professor do Programa Pós-Graduação em Serviço Social PUCRS. E-mail: mdilig@pucrs.br

² Assistente Social na UFCSPA. Bolsista da Capes. Doutorando em Serviço Social pela PUCRS. E-mail: ricardo.toxa@gmail.com

well as parallels and particularities between them in the struggle for the maintenance and expansion of social rights.

Keywords: Brazil, Chile, Neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

A América Latina vive desde 2019 um novo ciclo de levantes populares. A luta contra o Golpe na Bolívia, a greve geral na Colômbia, levantes no Peru e no Paraguai, e o Chile, em especial, que passa por um processo de refundação nacional, com processo constituinte, fruto de um profundo *estallido social* são alguns exemplos. Todos estes movimentos às ruas contra agendas privatistas, apesar da pandemia, demonstram o potencial de transformação de um modelo de sociedade que parece há muito tempo ter esgotado quaisquer possibilidades de reinvenção.

Estas manifestações são sintoma da crise modelo neoliberal, que aprofunda a Dependência e Superexploração da força de trabalho na América Latina, que já são características marcantes neste continente, de forma desigual e combinada.

A reestruturação produtiva mundial obriga a América Latina reprimarizar a sua economia, baseada em “*commodities*”, em detrimento da indústria, que migra para China e Índia, com a manutenção pelas economias centrais dos centros de alta tecnologia, do mercado financeiro e o controle da redistribuição geográfica desta produção globalizada. Da aparente “desindustrialização”, o capital fictício passou a negociar as ações sobre lucros futuros destas companhias transnacionais, que extraem matérias primas nos países periféricos, instalam as fábricas onde a legislação trabalhista é fragilizada, e “contabilizam” os lucros nas economias centrais.

Esta dinâmica se impõe aos estados nacionais que assumem um papel de subordinado aos ditames dos organismos internacionais a como o BIS, FMI e o Banco Mundial. Estes, consistem em um poder não-eleito que desnuda os limites da democracia nos marcos burgueses.

Em tempos de crise, os governos passaram a emitir moedas para salvar o sistema bancário, I para garantir o lucro privado com garantia estatal, principalmente por títulos de dívida estatal e de fundos de pensão

No Chile, após as eleições constitucionais e presidenciais de 2021, a grande mídia anuncia um “mercado nervoso”. Mas é evidente que as populações na Praça da Dignidade e em outros pontos do país, seguem bradando que os acordos palacianos para manter o “pinochetismo sem pinochet” não prosperarão

No Brasil, o Governo genocida e neoliberal de Guedes e Bolsonaro, tem tido êxito ao reproduzir uma agenda “Neopinochetista”, inspirada no receituário da Escola de Chicago, com à implantação de contrarreformas e privatizações. Como as Reformas da Previdência, Trabalhista e Administrativa.

É indispensável que no Brasil, sejam observadas as experiências na “Nuestra América”, para fortalecer os processos resistência contra o governo Bolsonaro, sob pena da perda dos direitos sociais e democráticos que ainda restam à classe trabalhadora.

2 DAS CARABINAS DO NEOLIBERALISMO AO LEVANTE DOS CABILDOS

O Chile viveu a sua última e mais avançada experiência popular/progressista no continente Sul Americano, com a promessa de “Socialismo de Via pacífica” sob o Governo de Salvador Allende, da Unidade Popular. Este, entre outras iniciativas, nacionalizou o cobre e prometeu reformas radicais. Porém, terminou derrotado em suas táticas de unidade com a burguesia nacional e deixou a classe trabalhadora acéfala de uma liderança com propostas de transformação genuinamente estruturais. O sangrento 11 de setembro de 1973 pôs fim as utopias reformistas ao sul do Equador, com a detenção, exílio e assassinato de milhares de pessoas.

Ruy Mauro Marini (2019) um dos fundadores da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e dirigente do Movimento Izquierda Revolucionária (MIR), aponta que reformismo, na sua incapacidade de enfrentar as elites nacionais e constituir junto aos “cordões industriais” (organismo de auto-gestão operária) uma nova forma de contrapoder, tornou-se a antessala da contrarrevolução, que se concretizou à mão de ferro de Augusto Pinochet.

Perspectiva corroborada por Nahuel Moreno (2003) que também alertou os limites do projeto de Unidade Popular, que apostando nas alianças com a burguesia, ao invés da auto-organização da classe, conduzem a classe trabalhadora às derrotas históricas.

Gunder Frank (1968) inspirado no sucesso da revolução Cubana e nas teses trotskistas da Revolução Permanente, identifica que o inimigo da libertação nacional é, taticamente, a Burguesia Nacional e, estrategicamente, o inimigo principal é o Imperialismo em uma clara crítica aos projetos nacional-desenvolvimentistas apoiados pelos partidos comunistas na primeira metade do século XX. O autor ressalta ainda o caráter dialético desta relação, dado o caráter mundializado do capital, portanto, a luta contra a burguesia nacional se entrelaça intrinsecamente com a luta anti-imperialista. Tentativas contemporâneas de articulação de frentes amplas, principalmente na América Latina, têm sofrido derrotas por meio de golpes ou mesmo pela via eleitoral. O regime civil-militar chileno, com aproximadamente quatro mil mortes confirmadas, diferente do generalato brasileiro da época, usou os trabalhadores chilenos de “cobaia” para o, já mencionado, projeto da Escola de Chicago: o Neoliberalismo.

Décadas após, Paulo Guedes, integrante da equipe econômica de Pinochet, busca reproduzir este projeto no Brasil, e falsifica a história dizendo que o neoliberalismo anda de mãos dadas com a democracia. Entretanto, nega que seu projeto de Estado Subsidiário foi imposto pelos “*carabineros*” e é uma herança de características fascistas.

Segundo Bercovici (2015) é precisamente na “Carta del Lavoro” de Mussolini (1927) que se determina que a intervenção do Estado só deve ocorrer quando não houver interesse de mercado, ou seja: *tudo privado e todos privados de tudo*. Esta diretriz, fruto do Golpe, embasou a constituição de 1980 no Chile, e se manteve vigente, mesmo após o fim da ditadura militar em 1990, aí sob a alcunha de ditadura do Capital

Isto se dá pela completa privatização dos serviços públicos, que passam a ser lucrativos negócios capitalistas, cabendo ao Estado um papel subsidiário, em especial, para aqueles que não conseguem inserção no mercado.

Este modelo de Estado, leva desregulamentação das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como, a negação dos “salários sociais indiretos”, que se constituem em políticas sociais públicas e gratuitas, voltam-se para o mercado e o dispêndio de salário, usualmente é praticado abaixo do valor necessário para à reprodução das forças de trabalho.

Segundo Borges et al (2019), no Chile um “padrão peculiar de acumulação de capital”. Tornou-se o país mais atrativo do continente para o investimento estrangeiro, com uma série de contrarreformas e privatizações impostas a força, que combinaram a elevada atividade acionária e uma forte compressão dos salários sociais indiretos, ambos devido, entre outros

fatores, à privatização da previdência social, que reduziu ‘gastos’ sociais e fortaleceu os fundos de pensão, modelo exportado mundo afora. Os recursos destinados à aposentadoria dos trabalhadores passaram a ser aplicados no mercado de ações, sem a garantia de uma aposentadoria digna.

Enquanto laboratório deste projeto de redução dos “salários sociais” da população, o Chile tornou-se país ‘atrativo’ para o capital financeiro e passou à ser usado de exemplo pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional para “recomendar” aos países dependentes as reestruturações nas políticas sociais, alegando a inviabilidade da garantia da estabilidade fiscal e condicionando o recebimento de aportes financeiros à adoção destas medidas.

Este País viveu as últimas décadas sob a égide deste projeto de Estado, mesmo após a queda do regime militar em 1990, sendo que nem as gestões de centro-esquerda reverteram este quadro. As últimas gerações nasceram e cresceram diante de um regime democrático formal que manteve o entulho neoliberal-ditatorial, sem a participação popular, nem respeito às necessidades do povo Chileno, onde se renegou a história e o direito dos povos Mapuches, bem como, dos Mestizos, em prol de uma história “oficial”, que se refletiu nas constituições promulgadas neste país.

Pode-se dizer que no século XXI, novos processos de luta no Chile começaram com os estudantes secundaristas na “revolta dos pinguins” de 2006, e nas lutas estudantis universitárias de 2011/2012, que questionaram todo o sistema de ensino chileno que opera desde a educação básica até a educação superior sob uma lógica privada. A tragédia social de famílias escolhendo qual dos irmãos teria acesso ao ensino superior foi um importante detonador daquela revolta.

Nesse sentido, *o estallido social*, iniciado na luta pela redução do preço das passagens do transporte público e pelo direito à cidade converteram-se em uma das mais grandiosas demonstrações de força popular em todo o território chileno. As bandeiras mapuches tomaram a Plaza de la Dignidad. Este movimento, além de um represamento das medidas neoliberais impostas por Pinochet, expressa uma autêntica e genuína manifestação das massas trabalhadoras historicamente tornadas invisíveis pelo poder hegemônico da burguesia chilena, ao longo de toda a sua história.

Reergueram-se nessa luta os *cabildos* (organizações dos moradores por bairros/territórios) que buscam romper com a condição de populações “pedintes” de seus direitos, e propõem o papel de populações protagonistas de uma nova sociabilidade. Os brados “*Fuera Piñera*”, “*Asamblea Constituyente Yá*”, entre outras, demonstram a potencialidade de radicalidade das transformações almejadas.

Outro fator a considerar nas manifestações chilenas é a consciência popular do papel do Estado tanto enquanto gerente dos negócios da classe burguesa quanto papel repressivo simbolizado pelos *carabineros*. Neste panorama, contar a história do Chile “*desde os de abajo*”, como preconiza Gabriel Salazar (2015), é uma necessidade não apenas de interpretação histórica, mas de disputa dos rumos futuros. O Estalido e o movimento popular que o sucedeu conquistaram nas ruas a Constituinte paritária entre homens e mulheres, com ampla participação indígena e popular e o plebiscito para a instauração de uma nova assembleia foi referendado por cerca de 80% da população.

Já em 2022, a luta da classe trabalhadora chilena segue intensa, disputando os rumos da nova constituição.

3 BOLSONARO BUSCA REFUNDAR O PROJETO PINOCHETISTA NO BRASIL

Se o Chile de hoje colhe os resultados do neoliberalismo implantado no regime de Pinochet, no caso brasileiro, a implementação do neoliberalismo se deu junto a redemocratização. A “Nova República” de 1988 foi fruto do ascenso social que produziu uma constituição que garantiu uma transição “gradual e segura” para um regime democrático burguês, com direitos civis, políticos e sociais.

Segundo Florestan Fernandes (1988), então deputado constituinte, destacava-se uma série de temas “em aberto”, a serem regulamentados por leis complementares e emendas constitucionais, que vieram a permitir a desfiguração do caráter “cidadão” da Carta Magna. Apesar de apontar importantes avanços e tais medidas foram inviabilizadas por opção política dos governantes e das aristocracias financeiras, com objetivo de imposição da agenda neoliberal.

Apesar da forma democrática do Estado burguês, não foi superada a condição de dependência, novamente buscou-se a contrarrevolução preventiva, que marca a estratégia

histórica da burguesia brasileira, para evitar que o país transite para qualquer experiência concretamente progressista. Pode-se dizer que na conduta política brasileira do período recente, a Nova República, caracterizada por períodos de maior ou menor grau de adesão à agenda neoliberal, executou um processo de “ajuste fiscal permanente”.

Assim como o Chile, o Brasil mantém alta rotatividade de capital fictício devido à remuneração da dívida pública e dá historicamente elevada taxa de juros, principalmente desde a implementação do Plano Real. Importa saber que o pagamento de juros e a rolagem da dívida no Brasil, atualmente, correspondem a 39% do orçamento da união (AUDITORIA CIDADÃ, 2020).

Ao longo da “Nova República”, vários governos recorrentemente buscaram artifícios para burlar a Constituição no que tange à garantia dos serviços públicos, atendendo ao receituário neoliberal de desresponsabilização do Estado.

O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) impôs o tripé macroeconômico, sob a égide de redução máxima das despesas (sociais) do Estado, priorizando poupar recursos para o pagamento do serviço da dívida pública. Houve uma série de privatizações e terceirizações em órgãos públicos. No âmbito previdenciário, a Emenda Constitucional nº 20/1998, que regulamentou o “fator previdenciário” e os fundos de pensão como “previdência complementar”, inspirado no *paradigma chileno* pinochetista.

Já os subseqüentes governos de frente popular Lula e Dilma (2003-2016) aprofundaram com a sua política de conciliação de classes e ortodoxia fiscal. Com a elevação do preço das commodities no mercado mundial foi possível o governo construir programas de transferência de renda focalizada e a ampliação do acesso ao crédito e ao consumo de massas. Tais medidas seguiram recomendações de órgãos internacionais que objetivaram minimizar os índices de extrema pobreza, porém sem colocar em xeque as raízes estruturais da histórica desigualdade social.

Verificou-se ainda, como parte do “ajuste fiscal permanente”, uma nova Contrarreforma da Previdência (Emendas Constitucionais 41 e 43 de 2003 e 2005), prejudicial especialmente aos servidores públicos, com restrições de acesso ao seguro-desemprego e às pensões, além da concessão de portos e aeroportos para a iniciativa privada.

Foi garantido em todo este período o superávit fiscal e acompanhado da elevação da taxa de juros, garantindo lucros históricos para os bancos. Neste período, também foi vetado (no Governo Dilma) o projeto de lei que previa a Auditoria da Dívida Pública.

Destaca-se ainda que após quatorze anos deste ciclo, com o aprofundamento da crise econômica global, o governo Dilma adotou, no seu segundo mandato, uma dura agenda de ajuste fiscal, que levou a elevação do desemprego e a sua perda de popularidade.

Este cenário permitiu que ocorresse o golpe parlamentar que destituiu a Presidenta. Iniciou-se então, uma evidente crise da própria República, que aprofunda o ajuste fiscal. Destacam-se neste período três medidas articuladas no âmbito fiscal, trabalhista e previdenciário. O conjunto de medidas foi executado pelo Governo de Michel Temer e aprofundado, atualmente, no governo de Jair Bolsonaro. A Emenda 95/2016, que instituiu o “Novo Regime Fiscal” (NRF), que proíbe qualquer reajuste real nas despesas não-financeiras nos próximos vinte anos, inviabilizando a vinculação constitucional dos recursos para as políticas sociais.

No campo do trabalho foi imposta uma contrarreforma, via Lei nº 13.467/2017, que precarizou ainda mais as condições de trabalho, modificando mais de 100 artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) na qual observa-se uma série de consequências nefastas que autoriza: demissões em massa, regime de trabalho intermitente e “negociação individual” de condições de trabalho.

Por fim, no âmbito Previdenciário, houve uma tentativa de nova reforma da Previdência, sob a falsa narrativa de “combate a privilégios”, naquele momento, derrotada nas ruas pela greve geral de 2017.

Após uma conturbada eleição presidencial, Jair Bolsonaro, realiza na atualidade a continuidade do austericídio neoliberal, ao lado do ministro Paulo Guedes, herdeiro da escola de Chicago, e apoiado por militares, milicianos e fundamentalistas religiosos.

No seu primeiro ano de governo aprovou a Reforma da Previdência, inspirada na AFP Chilena, mas apesar de draconiana, não conseguiu abolir o histórico sistema contributivo-solidário histórico operado pelo INSS.

O governo Bolsonaro, também espelhado no projeto pinochetista, passou a intervir na nomeação de reitores desrespeitando o processo eleitoral interno das instituições de Ensino Superior e apresentou o projeto “Future-se”, que amplia a parceria das universidades públicas com o setor privado. Estas medidas, assim como os cortes de recursos geraram amplas manifestações de estudantes, técnicos administrativos e professores em defesa da educação, da ciência e da tecnologia, pauta que ganhou apoio popular, e o projeto Future-se foi derrotado.

Já no final de 2019, Bolsonaro e Guedes confiantes com a vitória na previdência apresentaram a continuidade do ajuste fiscal, o “Plano Mais Brasil”, que não foi adiante, devido aos ventos Andinos que sopravam do Chile, Peru, Equador e Bolívia, cujas revoltas populares assustavam o ministério da Economia, e a pandemia mundial do COVID em 2020.

O plano em questão, além de impor graves ataques aos servidores e serviços públicos, propõe desindexar os “mínimos orçamentários” da Constituição em educação e saúde, fato que na prática desobriga o investimento público nessas áreas, (mais um aceno ao Estado Subsidiário).

Importa considerar que, em tempo de pandemia COVID-19, justamente estes dois serviços conquistaram o reconhecimento de ampla maioria social como funções essenciais de Estado, que devem ser gratuitos e de acesso a todos.

O SUS, como uma grande conquista da classe trabalhadora, está garantindo condições de cuidado e tratamento da população, mesmo sob risco de colapso (não só pela pandemia, mas por uma sabotagem histórica de seu financiamento e estrutura). Simultaneamente os trabalhadores da saúde se expuseram ao contágio, mesmo sem as devidas condições e equipamentos de proteção suficientes para realizar o seu trabalho.

Já em 2021, depois de eleição comprada a trilhões de reais, Bolsonaro consegue eleger seus candidatos à Câmara e Senado, que garante uma blindagem contra pedidos de impeachment e à continuidade da agenda de reformas. Logo em seguida é aprovada a autonomia do Banco Central para servir ao sistema financeiro.

O próximo passo é a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) que também mira-se no projeto pinochetista de Estado Subsidiário, ou seja, revoga os direitos sociais historicamente conquistados no Brasil e atinge seus operadores; servidores e servidoras públicos.

A PEC previa inicialmente a inclusão do princípio da subsidiariedade da administração pública. Esta reforma é a institucionalização da “Escola de Chicago”, em que os direitos sociais são a causa da queda da taxa de lucro e da crise fiscal do Estado, portanto, a saída seria inviabilizar o serviço público para manter o pagamento da dívida pública.

A reforma atinge a todos os poderes, em nível federal, estadual e municipal, de forma desigual, em especial os trabalhadores diretamente envolvidos nas políticas sociais, mas não atinge à alta cúpula do aparelho de Estado: parlamentares, magistrados, militares, auditores, diplomatas etc. Os considerados cargos “típicos de Estado”, terão sua estabilidade garantida.

As demais carreiras passam a ser consideradas de “tempo indeterminado”, sem a garantia de estabilidade e com a hipótese da demissão por avaliação de desempenho ato que mascara à perseguição político-ideológica.

A estabilidade mais do que uns direitos destes trabalhadores é uma conquista democrática do conjunto do povo, com o objetivo de profissionalização e continuidade das políticas de Estado, independente de governo. Fato que mascara à perseguição político-ideológica. E dado à busca pelo Estado subsidiário, esta reforma é mais um passo na destruição dos direitos sociais. E dado à busca pelo Estado subsidiário, esta reforma é mais um passo na destruição dos direitos sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos processos históricos no Chile e no Brasil, observa-se elementos em comum, dados que são países dependentes sob jugo imperialismo e da superexploração da classe trabalhadora. Entre golpes e contrarreformas, o Estado opera de forma mínima sobre os direitos sociais e com sua máxima força na garantia do poder e da riqueza das elites, inclusive por meio de seu aparelho repressivo. Enquanto o regime pinochetista operou e manteve o Estado Subsidiário no Chile, o Brasil, à medida que retomava a democracia formal, conhecia o ápice do receituário neoliberal.

Após décadas vivenciando este projeto o povo Chileno, conquista uma nova Constituinte, após a grande crise de 2008, diante da experiência da pandemia, que comprovou a necessidade de um sistema de saúde pública. Poderia a mobilização produzir uma constituição mais progressista que a brasileira?

Ou ainda no Brasil, diante de uma frágil democracia formal, cujos governos oscilaram do neoliberalismo ao social-liberalismo conciliatório que contribuiu com a desmobilização popular, poderíamos resistir aos intentos genocidas, autoritários e ultraliberais do governo Bolsonaro? Só a intensidade do clamor das ruas poderá responder.

Diante deste quadro, faz-se necessário o aprendizado e a inspiração nas lutas do continente sul-americano como possibilidade de enfrentamento contra as políticas aparentemente inexoráveis de austeridade e privatização e ampliação dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Números da dívida. Auditoria Cidadã da Dívida: Brasília, 2022. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/categoria-conteudo/graficos/> Acesso: jan de 2022

BERCOVICI, Gilberto *O princípio da subsidiariedade e o autoritarismo* 2015 <https://www.conjur.com.br/2015-nov-08/estado-economia-principio-subsidiariedade-autoritarismo> Acesso: jan de 2022

BORGES, Rodrigo Emmanuel Santana; STOCCO, Aline Faé; NOGUEIRA, C.S. Da economia política do capital fictício: notas sobre seu movimento na América Latina e no Brasil.

ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL Vitória: 2019.

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no BRASIL, **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017

FERNANDES, Florestan. **Processo constituinte**. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1988.

GUNDER FRANK, A. **América Latina**: subdesarrollo o revolución. México: Ediciones Era, 1973.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2005

_____(2019)*O Reformismo e A contrarrevolução Estudos sobre o Chile*. Expressão Popular. São Paulo. Brasil, 2019

MORENO, Nahuel. *Os governos de frente popular na História*. São Paulo: Editora Sundermann. São Paulo. 2003.

SALAZAR, Gabriel. **En el nombre del Poder Popular Constituyente**. Santiago: Siglo XXI, 2015.